

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 39/XII/ 1.ª SL

Aos 21 dias do mês de Dezembro de 2011, pelas 10:15 horas, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias reuniu, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte ordem do dia:

1. Distribuição de iniciativas legislativas;
2. Distribuição de iniciativas europeias;
3. Admissão e distribuição de petições;
4. Nomeação de relator para o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2012;
5. Nomeação de relator para o parecer solicitado pela Comissão de Defesa Nacional sobre o objecto da Petição n.º 63/XII/1.ª - "Reintegração no Exército do Capitão de Infantaria Artur Carlos Barros Basto, que foi alvo de segregação político-religiosa no ano de 1937";
6. Apreciação e votação do parecer sobre o Projecto de Lei n.º 85/XII/1.ª (PCP) - "Primeira alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho (Iniciativa Legislativa de Cidadãos)" - Relator - Deputado Luís Pita Ameixa (PS);
7. Apreciação e votação do parecer sobre o Projecto de Lei n.º 121/XII/1.ª (PSD, PS, CDS-PP) - "Aprova o Regulamento Orgânico da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos" - Relator - Deputado Paulo Ribeiro (PSD);
8. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Resolução n.º 10/XII/1.ª (GOV) - "Aprova o Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Portuguesa e a República do Peru, assinado em Lima, a 7 de Abril de 2010" (nos termos do n.º 2 do artigo 198.º e do n.º 1 do n.º 2 do artigo 198.º e do n.º 1 do artigo 199.º do RAR) - Relatora - Deputada Maria Paula Cardoso (PSD);
9. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 29/XII/1.ª (GOV) - "Procede à sexta alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro";
10. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;
11. Apreciação e votação de pareceres sobre iniciativas europeias, designadamente sobre:
 - COM (2011) 585 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a aplicação da Directiva 2003/109/CE relativa ao estatuto dos nacionais de países terceiros residentes de longa duração Relatora - Deputada Andreia Neto (PSD);
 - COM (2011) 613 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, O Futuro do Fundo de Solidariedade da União Europeia - Relator - Deputado João Lobo (PSD);
 - COM (2011) 249 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Relatório sobre a avaliação intercalar do programa «Direitos fundamentais e cidadania» para o período 2007-2013 - Relatora - Deputada Elza Pais (PS);
12. Fixação das redacções finais das seguintes iniciativas legislativas:
 - Projecto de Resolução n.º 143/XII/1.ª (PS) - "Recomenda ao Governo que adopte medidas para o funcionamento do Gabinete de Recuperação de Activos e do Gabinete de Administração de Bens";
 - Projecto de Resolução n.º 145/XII/1.ª (PS) - "Recomendação ao Governo no âmbito do outsourcing do Estado com vista a uma maior transparência desses contratos";

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 39/XII/ 1.ª SL

- Proposta de Lei n.º 23/XII/1.ª (GOV) - "Regula os requisitos de tratamento de dados pessoais para constituição de ficheiros de âmbito nacional, contendo dados de saúde, com recurso a tecnologias de informação e no quadro do Serviço Nacional de Saúde";
13. Outros assuntos.

12:00 Horas - Audiência de uma delegação da Assembleia Nacional de Cabo Verde:

Deputado Arnaldo Andrade Ramos, Presidente da Comissão de Reforma da ANCV
 Deputado Lívio Lopes, membro da Comissão de Reforma da ANCV
 Deputado Jorge Pedro Maurício dos Santos, membro da Comissão de Reforma da ANCV.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Fernando Negrão (PSD), foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

Projectos de Lei

N.º AUTOR	<u>ASSUNTO</u>	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	NOMEAÇÃO RELATOR
118/XII/1.ª (PS)	Aprova o regime jurídico da Cópia Privada e altera o artigo 47.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos e Sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março	15-12-2011	15-12-2011 (Sendo Competente a 8.ª Comissão)	Dep. Manuel Meirinho (PSD)

Propostas de Resolução

N.º AUTOR	<u>ASSUNTO</u>	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	NOMEAÇÃO RELATOR
12/XII/1.ª (GOVERNO)	Aprova, para adesão, a Convenção relativa ao Estatuto dos Apátridas, adoptada em Nova Iorque, a 28 de Setembro de 1954	19-12-2011	19-12-2011 (sendo competente a 2.ª Comissão - CNECP)	Dep. Pedro Delgado Alves (PS)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 39/XII/ 1.ª SL

13/XII/1.ª (GOVERNO)	Aprova, para Adesão, a Convenção para a Redução dos casos de Apátrida, adoptada em Nova Iorque, a 30 de Agosto de 1961	19-12-2011	19-12-2011 (sendo competente a 2.ª Comissão - CNECP)	Dep. Pedro Delgado Alves (PS)
-------------------------	--	------------	---	-------------------------------

E foi anunciada a baixa à Comissão do seguinte **Projecto de Resolução**, tendo sido deliberado informar a Senhora Presidente da Assembleia da República de que a Comissão não discutiria o Projecto, considerando o disposto no n.º 2 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, pelo que a intervenção da 1.ª Comissão ficara esvaziada, o que, em qualquer caso, parece não justificar a baixa de Projectos de Resolução a mais do que uma Comissão.

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	ANÚNCIO EM COMISSÃO
147/XII/1ª (PSD e CDS-PP)	Recomenda ao Governo a salvaguarda e valorização dos acervos dos extintos Governos Cívicos	19-12-2011	19-12-2011 (sendo competente a 8.ª Comissão - CECC)

Em seguida, foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório de avaliação da aplicação do Mecanismo de Protecção Civil e do Instrumento Financeiro de Protecção Civil em 2007-2009 [COM(2011)696]. Esta iniciativa tem associado um Documento de Trabalho [SEC (2011) 1311].	Deliberado tomar conhecimento mas não escrutinar	
--	---	--

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 39/XII/ 1.ª SL

<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Construir uma Europa aberta e segura: orçamento no domínio dos assuntos internos para o período 2014-2020 [COM(2011)749]. Esta iniciativa tem associados os seguintes Documentos de Trabalho: Avaliação de Impacto [SEC(2011)1358] e Resumo da Avaliação de Impacto [SEC(2011)1359].</p>	<p>Deliberado tomar conhecimento mas não escrutinar</p>	
<p>Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições gerais aplicáveis ao Fundo para o Asilo e a Migração e ao instrumento de apoio financeiro à cooperação policial, à prevenção e luta contra a criminalidade e à gestão de crises [COM(2011)752].</p>	<p>Dep. Maria Paula Cardoso (PSD)</p>	
<p>Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria, no âmbito do Fundo para a Segurança Interna, um instrumento de apoio financeiro à cooperação policial, à prevenção e luta contra criminalidade e à gestão de crises [COM(2011)753].</p>	<p>Dep. Maria Paula Cardoso (PSD)</p>	
<p>Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria, no âmbito do Fundo para a Segurança Interna, um instrumento de apoio financeiro em matéria de fronteiras externas e de vistos [COM(2011)750].</p>	<p>Dep. Maria Paula Cardoso (PSD)</p>	
<p>Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o Fundo para o Asilo e a Migração [COM(2011)751].</p> <p><i>Obs: Também remetida à Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação</i></p>	<p>Dep. Maria Paula Cardoso (PSD)</p>	
<p>Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria, para o período de 2014 a 2020, o Programa Direitos e Cidadania [COM(2011)758]. Esta iniciativa tem associados os seguintes Documentos de Trabalho: Avaliação de Impacto [SEC(2011)1364] e Resumo da Avaliação de Impacto [SEC(2011)1365].</p>	<p>Dep. Ana Catarina Mendes (PS)</p>	<p>Aferição do princípio da subsidiariedade</p> <p>24.01.2012</p>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 39/XII/ 1.ª SL

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Abordagem global para a migração e a mobilidade [COM(2011)743]. Esta iniciativa tem ainda associado um Documento de Trabalho [SEC(2011)1353].	Deliberado tomar conhecimento mas não escrutinar	
Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria, para o período de 2014 a 2020, o Programa Justiça [COM(2011)759]. Esta iniciativa tem associados os seguintes Documentos de Trabalho: Avaliação de Impacto [SEC(2011)1364] e Resumo da Avaliação de Impacto [SEC(2011)1365], que já foram enviados a propósito da COM(2011)758.	Dep. João Lobo (PSD)	Aferição do princípio da subsidiariedade 24.01.2012
Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão do Acordo entre os Estados Unidos da América e a União Europeia sobre a utilização e a transferência dos registos de identificação dos passageiros (PNR) para o Departamento da Segurança Interna dos Estados Unidos [COM(2011)807].	Dep. Isabel Oneto (PS)	
COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Primeiro relatório anual sobre a aplicação da Estratégia de Segurança Interna da UE [COM(2011)790].	Deliberado tomar conhecimento mas não escrutinar	
COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU - Resolução alternativa de litígios de consumo no Mercado Único [COM(2011)791]. <i>Obs: Também remetida à Comissão de Economia e Obras Públicas</i>	Dep. Teresa Anjinho (CDS/PP)	Conexa com as COM 739 e 794, que terão de ser objecto de parecer em 4 de Janeiro de 2012 (para aferição do princípio da subsidiariedade)
COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES relativa ao reforço da solidariedade na União Europeia no domínio do asilo : Um programa da União Europeia para uma melhor partilha das responsabilidades e uma maior confiança mútua [COM(2011)835]	Deliberado tomar conhecimento mas não escrutinar	
RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre os resultados obtidos e os aspectos qualitativos e quantitativos da execução do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros no período 2007-2009 (relatório apresentado em conformidade com o	Deliberado tomar conhecimento mas não escrutinar	

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 39/XII/ 1.ª SL

<p>artigo 48.º, n.º 3, alínea b), da Decisão n.º 2007/435/CE de 25 de Junho de 2007) [COM(2011)751].</p> <p><i>Obs: Também remetida à Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação</i></p>		
<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre os resultados obtidos e os aspectos qualitativos e quantitativos da execução do Fundo para as Fronteiras Externas no período 2007-2009 (relatório apresentado em conformidade com o artigo 52.º, n.º 3, alínea b), da Decisão n.º 574/2007/CE do Conselho de 23 de Maio de 2007) [COM(2011)857].</p>	<p>Deliberado tomar conhecimento mas não escrutinar</p>	
<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre os resultados obtidos e os aspectos qualitativos e quantitativos da execução do Fundo Europeu de Regresso no período 2007-2009 (relatório apresentado em conformidade com o artigo 50.º, n.º 3, alínea b), da Decisão n.º 575/2007/CE do Conselho de 23 de Maio de 2007) [COM(2011)858].</p>	<p>Deliberado tomar conhecimento mas não escrutinar</p>	
<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU - Relatório sobre a aplicação e os efeitos da Directiva relativa ao direito de sequência (2001/84/CE) [COM(2011)878].</p> <p><i>Obs: Também remetida à Comissão de Educação, Ciência e Cultura</i></p>	<p>Deliberado tomar conhecimento mas não escrutinar</p> <p>(porque matéria relativa a direitos conexos com o direito de autor na vertente das obras de arte, matéria da 8.ª Comissão)</p>	

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 39/XII/ 1.ª SL

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, foi admitida por unanimidade, na ausência do PEV, a [Petição n.º 67/XII](#), da iniciativa de Sílvio Manuel de Sousa Mendes, que *“Pretende que o dia 5 de Outubro continue a ser feriado por ser um dos mais importantes de Portugal como nação livre e independente”*, de que foi nomeado Relator o Senhor Deputado Manuel Meirinho (PSD). Foi ainda apreciada a nota de admissibilidade da [Petição n.º 66/XII](#), da iniciativa de Franklin Pereira Lobo e outros, que *“Solicitam a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o objectivo de avaliar a aplicação da lei pelo 1.º Juízo do Tribunal de Execução de Penas de Lisboa no que se refere à concessão de licenças de saída jurisdicional e à aplicação da liberdade condicional”*. A petição foi liminarmente indeferida, por unanimidade, na ausência do PEV, nos termos da alínea a) do n.º 1 do, artigo 12.º do RJEDP, atenta a pretensão dos peticionantes – avaliação, pela Assembleia da República, da aplicação da lei por um tribunal – que é ilegal, estando inclusivamente vedada pela Constituição. Atendendo, porém, a que a petição foi subscrita por quase 1000 cidadãos reclusos que, legitimamente, expressaram a sua preocupação acerca da aplicação da lei, foi deliberado por unanimidade dar conhecimento da petição aos Grupos Parlamentares para a eventual apresentação de alterações legislativas, ao Ministério da Justiça, para o fornecimento de dados estatísticos que permitam apreender as tendências na aplicação dos regimes em causa e ao Conselho Superior de Magistratura – para conhecimento. O Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS) declarou a sua concordância com a proposta, lembrando que, sem embargo de a Assembleia da República não ter competência para a avaliação, em concreto, do trabalho de um Tribunal, não deve ficar arredada da fiscalização da actividade da área da Justiça.

No quarto ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado João Lobo (PSD) foi nomeado relator para o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2012, para apresentação de parecer em 18 de Janeiro. O Senhor Presidente da Comissão recordou que a Comissão de Assuntos Europeus promoveria, no dia 10 de Janeiro, uma audição, para a qual haviam sido convidadas todas as comissões parlamentares, com a presença do Vice-Presidente da Comissão Europeia, Maros Sefcovic, para apresentação do Programa.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 39/XII/ 1.ª SL

Em seguida, o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim foi nomeado relator para a elaboração do parecer solicitado pela Comissão de Defesa Nacional sobre o objecto da [Petição n.º 63/XII/1.ª](#), da iniciativa de Isabel Maria de Barros Teixeira da Silva Ferreira Lopes, sobre a "*Reintegração no Exército do Capitão de Infantaria Artur Carlos Barros Basto, que foi alvo de segregação político-religiosa no ano de 1937*".

Passou-se, então, à apreciação e votação do parecer sobre o Projecto de Lei n.º 85/XII/1.ª (PCP) - "Primeira alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho (Iniciativa Legislativa de Cidadãos)", que foi apresentado pelo respectivo Relator, Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS), que fez apelo a algumas das observações contidas na parte da opinião do relator, quer acerca das sugestões normativas do Projecto de Lei, quer sobre outras alterações que a Lei n.º 17/2003 poderia vir a merecer. Seguiu-se um breve debate em que intervieram os Senhores Deputados Manuel Meirinho (PSD) – que recordou o risco de demasiada facilitação e consequente banalização do instituto com uma diminuição do número exigível de subscritores, e que apelou a uma leitura transversal de dados estatísticos, que apresentou, sobre os elevados índices de subscrição de petições colectivas desde a VI Legislatura, os quais apontavam para que o número exigível de assinaturas não pudesse ser tido como impeditivo do exercício deste direito, da capacidade de recolha de assinaturas e da vontade de mobilização dos cidadãos -; Teresa Anjinho (CDS/PP), que concordou com a necessidade de ponderação e cautela para que este direito não fosse banalizado, e, não obstante o interesse no conhecimento e análise dos números da participação cívica apresentados, lembrou que outros vectores, como as matérias objecto das petições e iniciativas seriam importantes para conhecer o grau de iniciativa associativa; e Cecília Honório (BE), que sublinhou a importância do Projecto de Lei e a reflexão suscitada com o parecer, recordando que o processo de apresentação de petições é muito diferente do da iniciativa legislativa de cidadãos. Submetidas a votação, as partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV. O Senhor Presidente considerou, por fim, muito importante dar sequência, no momento oportuno, às reflexões produzidas no debate.

Em seguida, procedeu-se à apreciação e votação do parecer sobre o Projecto de Lei n.º 121/XII/1.ª (PSD, PS, CDS-PP) - "*Aprova o Regulamento Orgânico da Comissão*

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 39/XII/ 1.ª SL

de Acesso aos Documentos Administrativos", que foi apresentado pelo respectivo Relator, Senhor Deputado Paulo Ribeiro (PSD), tendo as partes I e III do parecer sido aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

A Senhora Deputada Maria Paula Cardoso (PSD) apresentou, em seguida, o seu parecer sobre a Proposta de Resolução n.º 10/XII/1.ª (GOV) - "*Aprova o Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Portuguesa e a República do Peru, assinado em Lima, a 7 de Abril de 2010*" (nos termos do n.º 2 do artigo 198.º e do n.º 1 do n.º 2 do artigo 198.º e do n.º 1 do artigo 199.º do RAR), o qual foi também aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, para remessa à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, competente para a apreciação da iniciativa.

No ponto seguinte da ordem de trabalho, procedeu-se à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 29/XII/1.ª (GOV) - "*Procede à sexta alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro*".

A Proposta de Lei, da iniciativa do Governo, baixara à Comissão em 9 de Dezembro de 2011, após aprovação na generalidade, para discussão e votação na especialidade.

Apresentaram propostas de alteração os Grupos Parlamentares do PS, em 19 de Dezembro, do PCP, em 20 de Dezembro e, conjuntamente, do PSD e do CDS/PP em 21 de Dezembro de 2011.

Na reunião, na qual se encontravam presentes todos os Grupos Parlamentares, à excepção do PEV, a Comissão procedeu à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei, de que resultou o que abaixo se relata.

Intervieram na discussão os Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD), Ricardo Rodrigues (PS), Teresa Anjinho (CDS/PP), João Oliveira (PCP) e Cecília Honório (BE), que apreciaram e debateram as propostas de alteração apresentadas e as soluções da Proposta de Lei nos seguintes termos:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 39/XII/ 1.ª SL

- Apresentando as propostas apresentadas pelo seu [Grupo Parlamentar](#), o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) explicou que as propostas para os artigos 7.º do Regulamento e 3.º preambular tinham natureza meramente formal, de correcção de remissões, sendo a prevista para o artigo 14.º-A de teor idêntico à apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS. Sobre as propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS, o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) declarou com elas concordar, com excepção da prevista para a alínea g) do n.º 2 do artigo 4.º, sobre a qual manifestou dúvidas, por se tratar de uma pura e simples isenção que o proponente visa introduzir numa altura em que a Lei ainda não foi objecto de regulamentação.
- O Senhor Deputado João Oliveira (PCP) pronunciou-se também sobre esta proposta, declarando que se absteria na sua votação não por ter objecções relativamente às isenções, mas por não existir nenhuma acção desta natureza que tivesse dado entrada nas Conservatórias ou cartórios notariais, o que demonstra que tal norma não viria a ter aplicação. Apresentou, em seguida, as propostas de alteração do seu Grupo Parlamentar, designadamente a prevista para a alínea e) do n.º 1, uma vez que a Proposta de Lei esvaziaria o conteúdo da isenção, não tendo aplicação prática por, em contencioso eleitoral, não haver uma única situação em que os Partidos Políticos tivessem de suportar as custas, atentos os fins que cumprem; a prevista para a alínea h), por serem os processos de insolvência aqueles em que os trabalhadores se vêem obrigados a intervir para a reclamação dos seus créditos. Considerou que a eliminação do inciso final teria implicações constitucionais, por eliminar a protecção dos sinistrados e seus familiares.

❖ **Artigo 1.º (preambular) – Objecto – *aprovado por unanimidade;***

❖ **Artigo 2.º (preambular) - Alteração ao Regulamento das Custas Processuais – *aprovado por unanimidade;***

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 39/XII/ 1.ª SL

Regulamento das Custas Processuais:

- **Artigo 2.º - aprovado** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e contra do PCP e do BE;
- **Artigo 4.º - n.º 1 - alínea c) – aprovado** por unanimidade; **alínea e) –** na redacção da **proposta de substituição do PCP** (no sentido da manutenção da redacção em vigor) – rejeitada, com votos contra do PSD e CDS/PP e a favor do PS, PCP e BE; **na redacção da Proposta de Lei - aprovada** com votos a favor do PSD e CDS/PP e contra do PS, PCP e BE; **alínea h) –** na redacção da **proposta de substituição do PCP – rejeitada**, com votos contra do PSD e CDS/PP e a favor do PS, PCP e BE; **na redacção da Proposta de Lei - aprovada** com votos a favor do PSD e CDS/PP, contra do PS e a abstenção do PCP e do BE; **alínea j) – aprovada** com votos a favor do PSD, PS, CDS/PP e BE e a abstenção do PCP; na redacção da proposta de **aditamento de uma nova alínea m) ao n.º 1**, com renumeração das demais, apresentada conjuntamente pelo PSD e pelo CDS/PP – **aprovada** por unanimidade; **n.º 2 –** na redacção da **proposta de substituição da alínea g)**, apresentada pelo PS – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS/PP, a favor do PS e a abstenção do PCP e do BE; **na redacção da Proposta de Lei - revogação da alínea g) – aprovada** com voto a favor do PSD e CDS/PP e a abstenção do PS, PCP e BE; **n.º 3 – aprovado** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE; **n.º 7 -** na redacção da **proposta de eliminação do PCP – rejeitada**, com votos contra do PSD, PS e CDS/PP e a favor do PCP e BE; **na redacção da Proposta de Lei - aprovado** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e contra do PCP e BE.
- **Artigo 6.º -** na redacção da **proposta de substituição do PCP – rejeitada**, com votos contra do PSD, PS e CDS/PP e a favor do PCP e BE; **na redacção da Proposta de Lei - aprovado** por unanimidade;
- **Artigo 7.º - n.º 2 –** na redacção da **proposta de substituição apresentada conjuntamente pelo PSD e pelo CDS/PP - aprovado**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 39/XII/ 1.ª SL

com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP, contra do PCP e a abstenção do BE; **remanescente – na redacção da Proposta de Lei - aprovado** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e contra do PCP e do BE;

- **Artigo 8.º - n.º 3 – na proposta de substituição apresentada pelo PS - aprovado** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE; **demais articulado**, na redacção da Proposta de Lei - **aprovado** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e contra do PCP e do BE;
- **Artigo 9.º - aprovado** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e contra do PCP e do BE;
- **Artigo 14.º - aprovado** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP, contra do PCP e a abstenção do BE;
- **Artigo 15.º - n.º 1 - revogação da alínea b) - aprovada** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE; **alínea c) - na redacção da proposta do PCP de manutenção da redacção em vigor – rejeitada**, com votos contra do PSD, PS e CDS/PP e a favor do PCP e BE; **na redacção da Proposta de Lei - revogação da alínea c) - aprovada** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP, contra do PCP e a abstenção do BE; **alínea d) - na redacção da proposta de substituição do PCP – rejeitada**, com votos contra do PSD e CDS/PP e a favor do PS, PCP e BE; **na redacção da Proposta de Lei - aprovada** com votos a favor do PSD e CDS/PP e contra do PS, PCP e BE; **alínea e) - aprovada** com votos a favor do PSD, PS, CDS/PP e PCP e a abstenção do BE; **alínea f) - aprovada** por unanimidade; **n.º 2 - na redacção da proposta de eliminação apresentada pelo PCP – rejeitada**, com votos contra do PSD, PS e CDS/PP e a favor do PCP e BE; **na redacção da Proposta de Lei - aprovada** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP, contra do PCP e a abstenção do BE;
- **Artigo 16.º - aprovado** com votos a favor do PSD, PS, CDS/PP e PCP e a abstenção do BE;
- **Artigo 17.º - aprovado** por unanimidade;

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 39/XII/ 1.ª SL

- **Artigo 20.º - n.º 1 - aprovado** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP, contra do PCP e a abstenção do BE; revogação dos **n.ºs 3 e 5 - aprovada** com votos a favor do PSD, PS, CDS/PP e BE e a abstenção do PCP;
- **Artigo 21.º - revogação do artigo - aprovada** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE;
- **Artigo 22.º - revogação do artigo - aprovada** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE;
- **Artigo 23.º - aprovado** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e contra do PCP e do BE;
- **Artigo 24.º - revogação do n.º 1 - aprovado** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE;
- **Artigo 25.º - aprovado** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE;
- **Artigo 26.º - aprovado** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE;
- **Artigo 27.º - aprovado** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE;
- **Artigo 29.º - aprovado** por unanimidade, incluindo a proposta apresentada oralmente pelo PCP de eliminação do artigo “o” e de substituição do inciso final da alínea c) do n.º 1 “para contar” pela expressão “para levar à conta”;
- **Artigo 30.º - aprovado** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE;
- **Artigo 31.º - n.ºs 2, 3 e 4 - aprovados** por unanimidade; **n.º 5 - na redacção da proposta de eliminação apresentada pelo PCP – rejeitada**, com votos contra do PSD e CDS/PP e a favor do PS, PCP e BE; **n.º 6 - na redacção da proposta de substituição apresentada pelo PCP – rejeitada**, com votos contra do PSD e CDS/PP e a favor do PS, PCP e BE; **n.º 7 - na redacção da proposta apresentada pelo PCP de manutenção da redacção em vigor – rejeitada**, com votos contra do PSD e CDS/PP e a favor do PS, PCP e BE; **n.ºs 5, 6 e 7 – na**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 39/XII/ 1.ª SL

redacção da Proposta de Lei - aprovados com votos a favor do PSD e CDS/PP e contra do PS, PCP e BE;

- **Artigo 32.º - aprovado** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP, contra do PCP e a abstenção do BE;
- **Artigo 33.º - na redacção da proposta de substituição apresentada pelo PCP – rejeitada**, com votos contra do PSD e CDS/PP e a favor do PS, PCP e BE; **na redacção da Proposta de Lei - aprovado** com votos a favor do PSD e CDS/PP e contra do PS, PCP e BE;
- **Artigo 34.º - aprovado** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE;

❖ **ARTIGO 3.º** (preambular) - *Alteração à tabela II, III e IV do Regulamento das Custas Processuais – na redacção da proposta de substituição do artigo e do Anexo I, apresentada conjuntamente pelo PSD e pelo CDS/PP - aprovada* com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE;

❖ **ARTIGO 4.º** (preambular) - *Aditamento ao Regulamento das Custas Processuais – aprovado* por unanimidade;

- **Artigo 14.º-A – na redacção da proposta de eliminação da alínea j) apresentada pelo PS (que prejudicou a votação de proposta de teor idêntico apresentada conjuntamente pelo PSD e pelo CDS/PP) - aprovada** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE; **remanescente (na redacção da Proposta de Lei) - aprovada** com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e contra do PCP e do BE;

❖ **ARTIGO 5.º** (preambular) - *Incentivo à extinção da instância - aprovado* com votos a favor do PSD, PS, CDS/PP e BE e a abstenção do PCP;

❖ **ARTIGO 6.º** - (preambular) - *Norma revogatória - na redacção da proposta de substituição apresentada pelo PCP – rejeitada*, com votos contra do PSD, PS e CDS/PP e a favor do PCP e BE; **na redacção da Proposta de Lei -**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 39/XII/ 1.ª SL

aprovado com votos a favor do PSD, PS, CDS/PP e a abstenção do PCP e BE.

O Senhor Deputado João Oliveira (PCP) recordou que a alteração do n.º 3 do artigo 7.º do regulamento contrariava o Código das Expropriações e revogavam tacitamente a norma correspondente da Portaria aplicável, pelo que conviria proceder à sua revogação expressa.

- ❖ **ARTIGO 7.º** (preambular) – *Republicação* - **aprovado** por unanimidade;

- ❖ **ARTIGO 8.º** (preambular) - *Aplicação no tempo* – **n.º 1 - aprovado** com votos a favor do PSD e CDS/PP, contra do PCP e a abstenção do PS e do BE; **n.º 2 - aprovado** com votos a favor do PSD e CDS/PP, contra do PCP e a abstenção do PS e BE **n.º 3 - aprovado** com votos a favor do PSD e CDS/PP, contra do PCP e a abstenção do PS e BE; **n.º 4 - aprovado** com votos a favor do PSD, CDS/PP, PCP e BE e a abstenção do PS; **n.º 5 - aprovado** com votos a favor do PSD e CDS/PP, contra do PCP e BE e a abstenção do PS; **n.º 6 - aprovado** com votos a favor do PSD e CDS/PP, e a abstenção do PS, do PCP e BE; **n.º 7 - aprovado** com votos a favor do PSD e CDS/PP, contra do PCP e BE e a abstenção do PS; **n.º 8 - aprovado** com votos a favor do PSD, CDS/PP, PCP e BE e a abstenção do PS; **n.º 9 - aprovado** com votos a favor do PSD, CDS/PP, PCP e BE e a abstenção do PS; **n.º 10 - aprovado** com votos a favor do PSD e CDS/PP, contra do PCP e BE e a abstenção do PS; **n.º 11 - aprovado** com votos a favor do PSD, CDS/PP, PCP e BE e a abstenção do PS; **n.º 12 - aprovado** com votos a favor do PSD, CDS/PP, contra do PCP e BE e a abstenção do PS; **n.º 13 - aprovado** com votos a favor do PSD, CDS/PP e a abstenção do PS, PCP e BE;

- ❖ **ARTIGO 9.º** (preambular) – *Entrada em vigor* – **aprovado** por unanimidade.

Não havendo relatórios finais de petições para apreciar, e adiada a apreciação do parecer sobre a COM (2011) 249 - *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Relatório sobre a avaliação intercalar do programa «Direitos*

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 39/XII/ 1.ª SL

fundamentais e cidadania» para o período 2007-2013 a pedido da Relatora, foram apreciados e aprovados por unanimidade, na ausência do PEV, os pareceres sobre as seguintes iniciativas europeias:

- COM (2011) 585 - *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a aplicação da Directiva 2003/109/CE relativa ao estatuto dos nacionais de países terceiros residentes de longa duração*, apresentado pela respectiva Relatora, Senhora Deputada Andreia Neto (PSD). O senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) recordou a utilidade de acompanhamento, pela Comissão, da transposição da Directiva, pelo que foi ainda deliberado pro unanimidade dar conhecimento do relatório ao Senhor Ministro da Administração Interna;

e

- COM (2011) 613 - *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, O Futuro do Fundo de Solidariedade da União Europeia*, apresentado pelo Relator, Senhor Deputado João Lobo (PSD). A propósito desta iniciativa europeia, a Senhora Deputada Isabel Oneto (PS) recordou a posição da União Europeia em matérias de protecção civil e capacidade operacional, estando em fase de nomeação o Gabinete para a gestão de crises. Considerou que a tendência deveria ser a da centralização da resposta em termos de apoio financeiro e de uma resposta imediata em caso de catástrofe, bem como de apuramento do apoio de cada Estado-Membro em meios de recursos e de apoios financeiros, sendo certo que hoje se regista uma descoordenação em termos de resposta conjunta, sendo necessário agilizar os instrumentos de resposta da União.

No último ponto da ordem de trabalhos, foram fixadas por unanimidade as redacções finais dos seguintes textos:

- *“Recomenda ao Governo que adopte medidas para o funcionamento do Gabinete de Recuperação de Activos (GRA) e do Gabinete de Administração de Bens (GAB) ”* [Projecto de Resolução n.º 143/XII/1.ª (PS)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, sem votos contra, registando-se a ausência do PEV, com aceitação, por unanimidade dos presentes, das sugestões de

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 39/XII/ 1.ª SL

redacção constantes da Informação n.º 1722/DAPLEN/2011, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa;

-*“Recomendação ao Governo no âmbito do outsourcing do Estado com vista a uma maior transparência desses contratos”* [Projecto de Resolução n.º 145/XII/1.ª (PS)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, sem votos contra, registando-se a ausência do PEV, com aceitação, por unanimidade dos presentes, das sugestões de redacção constantes da Informação n.º 1723/DAPLEN/2011, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa; e

- *“Regula os requisitos de tratamento de dados pessoais para constituição de ficheiros de âmbito nacional, contendo dados de saúde, com recurso a tecnologias de informação e no quadro do Serviço Nacional de Saúde”* [Proposta de Lei n.º 23/XII/1.ª (GOV)], tendo sido cumprido por esta Comissão o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, sem votos contra, registando-se a ausência do PEV., com aceitação, por unanimidade dos presentes, das sugestões de redacção constantes da Informação n.º 1728/DAPLEN/2011, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

Pelas 12:20 horas, teve início a audiência de uma delegação da Assembleia Nacional de Cabo Verde (ANCV), constituída pelos Senhores Deputados Arnaldo Andrade Ramos, Presidente da Comissão de Reforma da ANCV, e Lívio Lopes e Jorge Pedro Maurício dos Santos, membros da Comissão de Reforma da ANCV, acompanhados pelo Dr Paulo Veríssimo, assessor parlamentar.

A delegação agradeceu a disponibilidade da Comissão para uma troca de impressões sobre a reforma do Parlamento, tendo explicado que os seus membros estavam incumbidos de propor alterações ao Regimento da ANCV, com os objectivos de melhorar a qualidade da democracia, maxime da produção legislativa e da actividade de fiscalização e controlo políticos, bem como da valorização do trabalho das comissões parlamentares, e de aproximar o Parlamento dos eleitores,

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 39/XII/ 1.ª SL

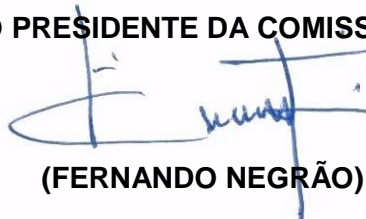
designadamente através da melhoria da sua imagem e de uma estratégia inovadora de comunicação.

Intervieram no debate que se seguiu o Senhor Presidente da Comissão e os Senhores Deputados Sérgio Sousa Pinto (PS), Carlos Peixoto (PSD), António Filipe (PCP), Telmo Correia (CDS/PP) e Pedro Delgado Alves (PS), que partilharam as suas posições sobre as questões suscitadas de comunicação, transparência, aproximação aos cidadãos, o trabalho das comissões parlamentares, o reforço dos direitos da oposição, as opções seguidas na reforma do Regimento da Assembleia da República de 2007 e a avaliação já passível de ser realizada sobre a sua aplicação e a necessidade de atenção à qualidade da legislação e à avaliação do impacto da legislação.

A reunião foi encerrada às 13:25 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 de Dezembro de 2011

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(FERNANDO NEGRÃO)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ACTA NÚMERO 39/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carla Rodrigues
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Oliveira
Jorge Lação
Luís Pita Ameixa
Manuel Meirinho Martins
Maria Paula Cardoso
Paulo Simões Ribeiro
Ricardo Rodrigues
Sérgio Sousa Pinto
Telmo Correia
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
Carlos Abreu Amorim
João Lobo
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: